

PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE GARANHUNS - PE QUANTO A POSSÍVEIS DIFICULDADES DE ACESSO AO PRONAF B

Perception of family farmers of Garanhuns - PE as a possible difficulties to access PRONAF B

Alexandre Augusto Alves Guedes

Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
alexgutoguedes@gmail.com

Daniela Moreira de Carvalho

Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
dmcoop@gmail.com

Resumo: O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é um programa relevante para a agricultura familiar por ofertar crédito em melhores condições do que o crédito rural convencional. No entanto, apesar dos seus mais de 20 anos de existência, ainda são relatadas dificuldades para seu acesso. O objetivo desse artigo foi verificar a percepção dos agricultores familiares do município de Garanhuns - PE quanto a algumas possíveis dificuldades para acessar os recursos do PRONAF B. Para consecução desse objetivo, foram entrevistados atores locais que lidam com o PRONAF e foram aplicados 82 questionários a agricultores familiares do município que acessam ou já acessaram o crédito. Os resultados apontaram várias dificuldades e gargalos, como excessiva burocracia, pouca informação, falta de recursos financeiros e o reduzido número de agentes do Programa Agroamigo. Porém, nenhuma dessas dificuldades ou gargalos foram considerados pelos agricultores como de alta complexidade, mas sim como situações normais de um programa governamental. Assim, as conclusões mostram que os agricultores familiares dão grande importância ao Programa e encaram os desafios para concessão do crédito como naturais.

Palavras-chave: Agroamigo; BNB; Agricultura; Crédito.

Abstract: The PRONAF (National Program to Strengthen Family Agriculture) is an important program for family farms by offering credit on better terms than conventional rural credit. However, despite its over 20 years of existence, difficulties are still reported to their access. The objective of this article was to verify the perception of family farmers in the municipality of Garanhuns - PE as some possible difficulties to access the resources of PRONAF B. To achieve this objective, were interviewed local actors dealing with PRONAF and were applied 82 questionnaires to family farmers of the municipality that access or have accessed credit. It was concluded that most farmers understand that the program is easy to access. Various difficulties and bottlenecks were seen as excessive bureaucracy, poor information, lack of financial resources and the reduced number of Agroamigo program agents. However, none of these difficulties or bottlenecks was considered by farmers as high complexity, but as normal situations a government program. Thus, the findings show that family farmers of great importance to the program and face the challenges for the granting of credit as natural.

Keywords: Agroamigo; BNB; Agriculture; Credit.

1 Introdução

A agricultura familiar sempre ocupou um espaço importante na economia brasileira, principalmente na Região Nordeste, onde a maioria dos estabelecimentos agropecuários é gerida de forma familiar. Esse setor agrícola é estratégico na geração de renda, emprego e no abastecimento dos principais itens da cesta básica. Essas características ajudam na melhor distribuição de renda para a população carente, bem como, na segurança alimentar da nação.

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar e as especificidades do setor agropecuário requerem políticas públicas pertinentes, exclusivas, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do agricultor no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Apesar de toda sua importância econômica e social, historicamente o setor agrícola familiar foi relevado a segundo plano em detrimento do setor agrícola patronal, pelas políticas públicas voltadas à agricultura. O setor familiar, por produzir basicamente para subsistência, não teve os mesmos incentivos ofertados ao setor patronal em relação ao processo de modernização da agricultura, principalmente em relação às novas tecnologias (GUEDES; CARVALHO, 2015).

O pouco acesso ao crédito rural, que desde sempre vem acompanhando os agricultores familiares, segundo Bittencourt (2003), se deveu, uma parte à concentração fundiária e outra parte à concentração do poder político, que privilegiou a agricultura patronal com as políticas públicas rurais, ou seja, infraestrutura, crédito, assistência técnica e pesquisa. Outros fatores que prejudicaram o acesso ao crédito pelos agricultores familiares foram a inexistência de instituições financeiras em alguns municípios e o pouco interesse dos bancos em operar com populações de baixa renda, especialmente agricultores, por possuírem um fluxo de renda irregular ao longo do ano.

Essa situação perdurou até meados da década de 90, quando o Governo Federal criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Apesar de esse programa ter a função primordial de ofertar crédito aos agricultores familiares, de forma simplificada e em melhores condições que o crédito de mercado, ele

nasceu com alguns problemas, como o excesso de burocracia bancária, a exigência de garantias reais, a obrigatoriedade de avalistas, a falta de agências bancárias nos pequenos municípios, entre outros. Várias modificações foram introduzidas durante seus mais de 20 anos de existência com a intenção de amenizar esses e outros problemas, no entanto, verifica-se que algumas dificuldades ainda persistem, em todas as regiões brasileiras.

Diante dessas dificuldades e pela importância que a agricultura familiar representa para a sociedade brasileira, seja por manter o homem no campo, seja pela produção de alimentos, entende-se como importante compreender a dinâmica da política de crédito rural na realidade do agricultor familiar.

Buscando compreender melhor o processo de concessão do PRONAF, este trabalho tem como objetivo verificar a percepção dos agricultores familiares do município de Garanhuns - PE, que acessam ou acessaram recentemente o PRONAF B, quanto a algumas possíveis dificuldades de acesso a esta linha de crédito rural.

Entendendo as dificuldades e gargalos encontrados por esses beneficiários, pode-se atuar no sentido de reduzi-los, ampliando, dessa forma, a participação de novos agricultores, ocasionando maior oferta de gêneros alimentícios, a custos reduzidos. Sendo assim, justifica-se a relevância dessa pesquisa pelo fato de que a mesma trará melhores condições para se compreender os fatores que possam dificultar o acesso dos agricultores familiares ao crédito do PRONAF, trazendo à discussão os limites desse Programa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Alguns trabalhos relataram e/ou analisaram as dificuldades e gargalos enfrentados pelos agricultores familiares quando estes necessitam contratar o financiamento do PRONAF. Copetti (2008) analisou as dificuldades de acesso dos agricultores familiares aos recursos do PRONAF no município de Alegria - RS. A pesquisa concluiu que existem fatores estruturais e de ordem pessoal que dificultam o acesso dos agricultores ao crédito. Esses fatores acabam por excluir os agricultores que estão em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e com baixa potencialidade produtiva.

Bittencourt (2003), analisando as fontes de financiamento do PRONAF, chegou à conclusão de

que o crédito rural para agricultores em situação econômica desfavorecida torna-se especialmente reduzido devido aos próprios riscos da atividade agrícola e à falta de garantias reais desses agricultores. Pereira (2000) analisou o comportamento dos atores municipais na implantação e operacionalização do PRONAF em um município de São Paulo. A análise revelou alguns limitantes na implantação do Programa, como: pouca divulgação, não participação de todos os atores, insuficiência de técnicos extensionistas e agências bancárias. A principal conclusão obtida foi que o sucesso da implantação do PRONAF depende principalmente da efetiva participação de todos os atores municipais, com engajamento e integração entre eles.

Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) analisaram a agricultura familiar nos municípios do “Circuito das Frutas - SP” em relação à importância do acesso aos principais programas (PRONAF, PAA e PNAE) de políticas públicas que visam ao fortalecimento desta agricultura. Os autores chegaram à conclusão de que é pequena a participação dos agricultores familiares nesses programas, inclusive o PRONAF, devido principalmente à falta de informações sobre os programas e o baixo valor passível de ser auferido pelo agricultor.

Azevedo e Pessoa (2011) analisaram a distribuição regional e setorial dos recursos do PRONAF e chegaram à conclusão de que em várias regiões o Programa enfrenta uma série de problemas, a exemplo do desvirtuamento da lógica do Programa, ou seja, o emprego de recursos em fins não especificamente produtivos. Somado a isso, observaram certo descontrole e pouco acompanhamento dos resultados do PRONAF. Além disso, não se observa uma integração dessa política com outras políticas públicas.

Compreender e mensurar as características dos produtores rurais familiares que fazem com que se ampliem a probabilidade de que os mesmos tenham acesso ao crédito do PRONAF foi o objeto de estudo de Eusébio e Toneto Júnior (2012). Os resultados da pesquisa mostram que o fato do produtor pertencer a alguma cooperativa, associação ou sindicato eleva a probabilidade de obter o crédito. Em 2006, Alvarenga e Carvalho analisaram o PRONAF B no município de Porteirinha - MG, como um instrumento de desenvolvimento socioeconômico do público beneficiário. Os resultados mostraram que o PRONAF B não trouxe grandes mudanças para os beneficiários, senão pequenas

alterações ainda pouco significativas.

A análise da relação entre algumas políticas públicas aplicadas ao setor agropecuário familiar e seus efeitos para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil foi o objeto de estudo de Junqueira e Lima (2008). Os autores analisaram três políticas: o PRONAF, a Previdência Social Rural e o PAA. Eles chegaram à conclusão de que as três políticas vêm se mostrando como impulsionadoras do desenvolvimento para essa categoria de agricultores. Especificamente em relação ao PRONAF, verificaram que o Programa tem socializado o acesso ao crédito, apesar de ainda faltar muito para sua universalização, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Nessas regiões os agricultores têm sofrido com a falta de informações e as exigências dos agentes financeiros.

Alcântara et al. (2012) analisaram a disponibilidade de informações sobre o PRONAF, bem como suas implicações na efetividade do Programa no município de Rio Paranaíba/MG. Os autores chegaram à conclusão de que a falta de informação surge como um fator de impedimento da efetividade dos financiamentos do PRONAF e do desenvolvimento local. Além da informação, verificaram, também, que a burocracia no processo de avaliação para concessão do crédito rural torna-se um problema tanto para os agricultores quanto para as instituições financeiras, pois o processo fica sujeito a diversas imperfeições, tornando-se lento, cansativo e oneroso para ambas as partes. Essas imperfeições fazem com que muitos agricultores que efetivamente necessitam do recurso e que teriam condições para honrar o compromisso, desistam do financiamento.

Mundo Neto e Souza Filho (2005) afirmam que como os contratos de financiamento rural envolvem riscos elevados, as instituições financeiras tomam algumas medidas como forma de reduzir o risco de inadimplência. Para se protegerem de eventuais calotes, as instituições financeiras passaram a exigir garantias reais dos tomadores de crédito do PRONAF. Essa exigência de garantia, assim como outras exigências burocráticas, termina por inviabilizar a contratação do crédito pelos agricultores familiares.

Nem todos os estudos, porém, chegaram à conclusão de que o PRONAF apresenta dificuldades de acesso. Alvarenga e Carvalho (2006) chegaram à conclusão de que a facilidade de obtenção de crédito é o motivo pelo qual 56,5% dos

beneficiários utilizaram o Programa e que 88,7% dos pesquisados informaram não ter tido dificuldades em acessar o crédito. Apesar do resultado favorável, 16% dos entrevistados afirmaram que a documentação exigida pelo Banco é complicada e exige tempo para que seja providenciada, atrasando a liberação dos recursos e 14,5% afirmaram que o Programa teria mais utilidade se o valor do empréstimo fosse maior.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica consiste no estudo e na verificação dos métodos, das técnicas e dos processos utilizados na investigação e resolução de problemas. A mesma é a base sob a qual se assenta o conhecimento científico. Este é construído por meio da investigação científica, que tem a pesquisa como seu principal instrumento. Pesquisa é o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, com o objetivo fundamental de descobrir respostas para problemas, através do emprego de uma metodologia científica. As pesquisas podem ser divididas em três grupos: exploratória, descritiva e explicativa (RODRIGUES, 2006; MARCONI; LAKATOS, 2013; GIL, 2008).

Utilizou-se neste trabalho a pesquisa exploratória. Esta pesquisa tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo como objetivo proporcionar visão geral, tipo aproximativa, acerca de determinado problema. Associado à análise exploratória, por se tratar de um estudo de cunho social, optou-se pela realização de uma análise qualitativa, por melhor se adequar a interpretações das realidades sociais, diferente da análise quantitativa que lida com números e utiliza modelos estatísticos (GIL, 2008; BAUER; GASKELL, 2008).

Após a definição do tipo de pesquisa, partiu-se para a pesquisa de campo. Para a coleta de dados no campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. A entrevista semiestruturada, cujo formulário consta do Apêndice 01, foi a técnica aplicada para coleta de dados junto aos atores locais, conforme indicado no quadro 02, tendo sido realizadas na sede das respectivas instituições. Para coleta dos dados junto aos agricultores familiares optou-se pela aplicação de questionários (Apêndice 02). Os questionários, foram aplicados na sede do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), na sede do IPA (Instituto de

Pesquisas Agronômicas) e na sede de associações e cooperativas ligadas aos agricultores familiares.

Quadro 02 – Atores locais entrevistados e suas respectivas instituições

Entrevistado	Instituição	Entrevistado	Instituição
E1	STR	E3	Projetista
E2	Agroamigo	E4	IPA

Fonte: Autores.

O ideal nas pesquisas sociais seria obter informações de todos os indivíduos da população em análise, no entanto, quando este universo é demasiadamente grande, o levantamento dessas informações torna-se bastante oneroso, além de consumir muito tempo. Por essa razão, se aceita cientificamente que o pesquisador eleja uma parte dessa população para estudo. Essa parte selecionada pelo pesquisador recebe o nome de amostra.

Quando um pesquisador seleciona uma amostra, ele espera que ela seja representativa da população que ele pretende estudar. Para tanto, necessita observar os procedimentos definidos pela Teoria da Amostragem (GIL, 2008). Segundo Richardson (2008), os tipos de amostragens utilizados na pesquisa social podem ser divididos em: amostragem probabilística (todos os elementos possuem a mesma probabilidade de serem escolhidos) e amostragem não probabilística (elementos escolhidos por determinados critérios). Neste trabalho se utilizou os dois tipos de amostragens, sendo a amostragem não probabilística utilizada para seleção dos atores a serem entrevistados (quadro 02) e a amostragem probabilística utilizada para seleção dos agricultores a serem aplicados os questionários.

De acordo com Richardson (2008), as amostras não probabilísticas podem ser obtidas de forma acidental (não se tem certeza que a amostra representa a população) ou intencional (se tem certeza que a amostra representa a população). Na amostragem intencional, de acordo com Gil (2008), seleciona-se uma amostra que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerada representativa da população. A amostragem intencional foi aplicada para seleção dos atores locais entrevistados.

Para a seleção dos agricultores, utilizou-se a amostragem probabilística, pois se pretendeu que todos os elementos possuíssem a mesma probabili-

dade de serem escolhidos. Dentre os diversos tipos de amostras probabilísticas, optou-se pela amostra por acessibilidade (intencional ou por conveniência), que segundo Gil (2008), ocorre quando o pesquisador seleciona os elementos (amostra) a que tem acesso dentro da população. Os elementos, nesse caso, são representados pelos agricultores familiares que acessam ou já acessaram recentemente o PRONAF B, sendo descartados os agricultores que tentaram e não conseguiram acessar o crédito, bem como aqueles que nunca acessaram ou acessaram em outro grupo. Esta restrição foi imposta como delimitador da pesquisa para que a mesma não se expandisse demasiadamente.

Uma das condições essenciais da amostra é que ela deve representar um número determinado de casos, escolhidos aleatoriamente, para oferecer segurança estatística. Dessa forma, o tamanho da amostra deve alcançar determinadas proporções mínimas. Portanto, é necessário conhecer a forma de calcular o tamanho da amostra para garantir a possibilidade de generalizar os resultados (RICHARDSON, 2008).

Segundo GIL (2008), existem duas fórmulas para o cálculo do tamanho da amostra: uma para amostras de tamanho infinito (maior que 100.000 elementos) e outra para amostras de tamanho finito (menor que 100.000 elementos). No município de Garanhuns existem 3.896 DAPs emitidas, sendo 3.380 ativas e 516 inativas, segundo o site do MDA (2015). Como nesse trabalho não se faz diferenciação entre agricultores com DAP ativa ou inativa e o site não disponibiliza a quantidade de DAPs por Grupo, tomaremos como universo populacional o total de DAPs emitidas no município, ou seja, 3.896 DAPs. Sendo assim, será utilizada a fórmula para populações finitas, que é assim representada segundo GIL (2008):

$$n = \frac{\sigma p q N}{e^2 (N-1) + \sigma^2 p q}$$

Onde: n = tamanho da amostra

σ^2 = nível de confiança escolhido

p = porcentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = porcentagem complementar

N = tamanho da população

e^2 = erro máximo permitido

Foram adotados os seguintes parâmetros:

- 1) O nível de confiança (σ) corresponde à probabilidade de que qualquer resultado obtido na amostra seja válido para o universo. O nível de confiança é expresso em número de desvios-padrão, sendo nesse trabalho utilizado um nível de confiança de 68%, que corresponde a um desvio-padrão. Portanto, $\sigma = 1$
- 2) A porcentagem com a qual o fenômeno se verifica (p) corresponde ao percentual de DAPs emitidas apenas aos agricultores do Grupo B em relação ao total de DAPs emitidas. Segundo os atores locais entrevistados, este percentual seria de 70%, ou seja, 70% das DAPs emitidas no município seriam do PRONAF B. Portanto, $p = 70$;
- 3) A porcentagem complementar corresponde a $100 - p = 30$. Portanto, $q = 30$;
- 4) O tamanho da população (N) será de 3.896 agricultores;
- 5) O erro máximo permitido (e^2) é o quanto, em percentual, o pesquisador aceita de erro em sua amostra. Nesse trabalho adotou-se um erro de 5%, ou seja, $e = 5$.

Aplicando os parâmetros acima, a fórmula ficaria assim:

$$n = \frac{1^2 \cdot 70 \cdot 30 \cdot (3.896)}{5^2 \cdot (3.896) + 1^2 \cdot 70 \cdot 30}$$

$$n = \frac{8.181.600}{599.475} \rightarrow n = 82,2$$

De acordo com os parâmetros adotados inicialmente, o tamanho da amostra deve ser de 82 indivíduos para que os resultados possam ser generalizados para toda população. Sendo assim, foram aplicados 82 questionários aos agricultores que possuem DAP do grupo B no município de Garanhuns. A escolha do município de Garanhuns se deu devido à sua importância econômica e social para o Estado de Pernambuco. O município está entre os principais produtores de leite do Estado e possui um número representativo de agricultores cadastrados na DAP. Mas, principalmente, porque possui sede de instituições importantes no processo de concessão do crédito do PRONAF, como agência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

e a sede regional do IPA, além do sindicato dos trabalhadores rurais e diversas associações e cooperativas rurais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

PRONAF em Garanhuns

De acordo com o Anuário Estatístico do Banco Central (BACEN, 2015), em 2012, último ano de divulgação dos dados neste anuário, foram realizados 643 contratos do PRONAF no município de Garanhuns, movimentando um volume total de recursos na ordem de R\$ 1.229.728,00, conforme pode-se observar no quadro 03. Nota-se a hegemonia dos contratos para atividades de pecuária (613 contratos) em comparação com os contratos

para atividade agrícola (30 contratos). Igualmente, a grande diferença entre os contratos de investimento (603 contratos) e os contratos de custeio (30 contratos).

Verifica-se que a principal atividade financiada pelo PRONAF em Garanhuns foi a pecuária, que teve 20 vezes mais contratos firmados do que a atividade agrícola. Essa superioridade da atividade pecuária está associada a contratos de investimento, visto que a quantidade de contratos de custeio foi bem reduzida (apenas 10 contratos). Portanto, pode-se concluir que no município de Garanhuns os financiamentos do PRONAF são hegemonicamente direcionados aos investimentos em pecuária. Isso se explica por ser Garanhuns um dos principais municípios da Bacia Leiteira do Estado de Pernambuco.

Quadro 03 – Número de contratos e valores de financiamentos de custeio e investimento do PRONAF em Garanhuns, no ano de 2012

ATIVIDADE	CUSTEIO CONTRATOS	CUSTEIO VALOR	INVESTIMENTO CONTRATOS	INVESTIMENTO VALOR	TOTAL CONTRATOS	TOTAL VALOR
PECUÁRIA	10	92.385,00	603	935.113,00	613	1.027.498,00
AGRÍCOLA	0	0	30	202.230,00	30	202.230,00
TOTAL	10	92.385,00	633	1.137.344,00	643	1.229.728,00

Fonte: BACEN - Anuário Estatístico (2015).

Em termos de valor médio, verifica-se que o valor médio dos contratos de investimento na pecuária ficou em torno de R\$ 1.550,00, enquanto que o valor médio dos contratos de custeio na pecuária ficou em torno de R\$ 9.238,00, aproximadamente seis vezes maior que a média do investimento. Em relação ao investimento agrícola, sua média foi de R\$ 6.741,00 por contrato, quatro vezes maior que a média do investimento na pecuária. Observa-se, portanto, que a quantidade superior no número de contratos de investimento na pecuária decorre de uma pulverização dos recursos, ou seja, muitos contratos de baixo valor.

Como os financiamentos do PRONAF B possuem um limite de crédito de até R\$ 4.000,00, é provável que a maior parte desses financiamentos contratados em 2012 tenham sido efetuados por beneficiários desse Grupo. De acordo com as informações obtidas nas entrevistas com os atores emissores da DAP no município, quase que a totalidade dos agricultores que contratam o crédito do PRONAF B o fazem para investir na criação de

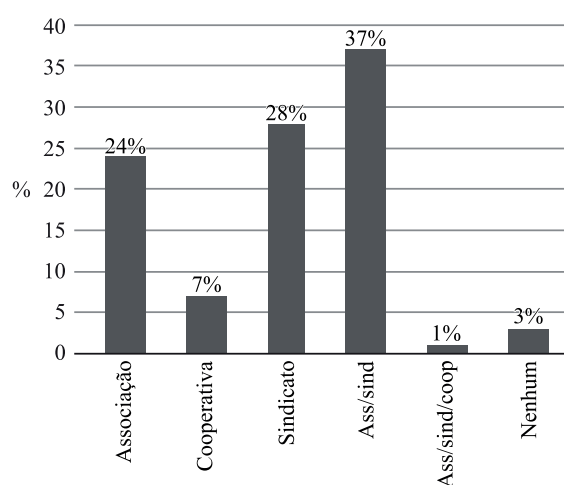
animais e na melhoria da infraestrutura da propriedade e, segundo esses entrevistados, essas despesas são caracterizadas como investimento.

Caracterização dos agricultores

A média de idade dos agricultores pesquisados é de 44 anos, variando entre 22 e 81 anos, enquanto que o tamanho médio de suas propriedades ou áreas de produção fica em torno de 04 (quatro) hectares, variando de 0,2 a 24 hectares. Em relação ao nível de escolaridade, 61% possuem o ensino fundamental (até o 9º ano), 20% ensino médio e 19% nunca estudaram. De acordo com a percepção geral dos agricultores, a vinculação a entidades ligadas à agricultura é a melhor maneira para que eles consigam acessar o crédito do PRONAF, pois essas entidades normalmente facilitam a intermediação entre o agricultor e o agente de crédito (nesse caso, o agente do Agroamigo). A importância que os agricultores dão à vinculação a uma entidade pode ser observada pelo gráfico 01.

Pode-se observar que 97% dos agricultores pesquisados possuem vínculo com pelo menos uma entidade, sendo que 37% participam de associação e sindicato, 28% participam apenas de sindicato, 24% participam apenas de associação, 7% participam apenas de cooperativa, 1% participam simultaneamente de associação, sindicato e cooperativa e apenas 3% não participam de nenhuma entidade. Nessa pergunta interessava apenas saber do vínculo, não importando se o agricultor tinha participação ativa ou quanto tempo estava na entidade.

Gráfico 01 - Participação percentual em entidades ligadas à agricultura



Fonte: Autores. Legendas: ASS = associação; SIND = sindicato; COOP = cooperativa.

Em relação à renda, observou-se que 73% dos agricultores obtiveram renda de até R\$ 1.000,00, enquanto que 15% obtiveram renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00, 2% obtiveram renda entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.000,00 e 10% obtiveram renda maior que R\$ 2.000,00. Essa renda refere-se à composição da renda bruta anual auferida pelos agricultores, no ano de 2014, apenas das atividades desenvolvidas na propriedade, ou seja, não estão computadas outras rendas como, por exemplo: benefícios sociais, trabalho assalariado, aluguéis, etc.

Essa renda auferida na propriedade pode advir de três fontes: agrícola, pecuária ou agropecuária. Nessa questão, o agricultor determinou qual sua principal produção, aquela mais rentável ou a que ele desenvolve com mais frequência durante o ano, ou seja, qual tipo de produção é predominante na sua renda. Verificou-se que 41% desenvolvem pre-

dominantemente a agricultura, 38% desenvolvem a pecuária e 21% desenvolvem a agropecuária, ou seja, concomitantemente as duas atividades, agrícola e pecuária.

Uma característica marcante da agricultura familiar é a produção para subsistência. Mesmo nas propriedades com produção predominantemente voltada ao mercado, alguma pequena produção é direcionada ao consumo da família (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010). Sendo assim, ao formular a questão referente ao destino da produção - venda ou consumo próprio -, solicitou-se que o agricultor indicasse o destino principal.

Para 73% dos pesquisados, o destino principal de sua produção é a venda, enquanto que para 27% o destino é o consumo da família. Isso não quer dizer que esses 27% não realizem nenhuma venda de produtos, apenas que a venda não é a função principal da produção, é uma produção mais voltada ao sustento da família, como forma de reduzir as despesas com a aquisição de alimentos. Da mesma forma, os que produzem prioritariamente para venda também consomem uma parte da produção, mas nesse caso, como geralmente produzem poucas variedades de itens, esse agricultor adquire quase todos os seus alimentos nas feiras e supermercados.

Dificuldades, gargalos ou problemas de acesso

Emissão da DAP - Uma das principais dificuldades de acesso ao PRONAF B está relacionada à burocracia e mau atendimento para emissão da DAP (ALCÂNTARA, 2012; JUNQUEIRA; LIMA, 2012). O município de Garanhuns possui duas entidades credenciadas pelo Ministério da Agricultura para emissão dessa declaração aos beneficiários do Grupo B: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Instituto de Pesquisas Agroômicas (IPA). A pesquisa constatou que 71% dos agricultores emitiram a DAP no IPA e 29% emitiram no STR, sendo que 89% dos respondentes qualificaram o atendimento como bom, enquanto que 11% o qualificaram como regular.

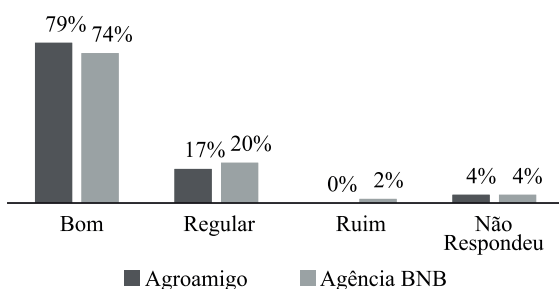
Esses resultados indicam que o processo de emissão da DAP em Garanhuns não se configura como uma dificuldade ou problema para os agricultores, ao contrário dos resultados apresentados por outras pesquisas. Entende-se que essa divergência esteja relacionada ao fato de que tanto o

IPA quanto o STR atuem como facilitadores junto às associações e cooperativas locais, dirimindo as dúvidas que surjam.

Divulgação do Programa - Outra dificuldade apontada pela literatura é a falta de divulgação do Programa (SOUZA ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014). Porém, ao serem perguntados sobre o que achavam da divulgação do PRONAF, 91% dos agricultores responderam que achavam a divulgação boa, 5% achavam ruim e 4% achavam regular, não se configurando, assim, como um fator de dificuldade. Evidente que essa noção de qualidade vai variar muito entre os indivíduos se as opções de resposta forem aprofundadas. Alguns agricultores consideram a comunicação informal (o chamado boca-a-boca) como uma forma de divulgação do Programa, e não apenas a comunicação oficial ou fornecida por instituições ligadas ao PRONAF.

Atendimento bancário - O atendimento nas agências bancárias também é lembrado como um fator de dificuldade para o acesso ao crédito do PRONAF (COPETTI, 2008; BITTENCOURT, 2003). A respeito desse tema, foram feitas duas perguntas: uma sobre o atendimento na agência do BNB e outra sobre o atendimento do agente do Agroamigo. O gráfico 02 apresenta a comparação das duas respostas.

Gráfico 02 – Qualidade no atendimento na agência do BNB e pelo agente do Agroamigo



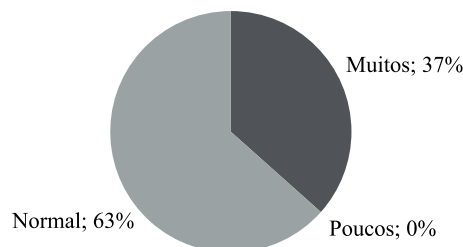
Fonte: Autores.

Pode-se observar que para 79% dos entrevistados, o atendimento prestado pelo agente do Programa Agroamigo foi bom, enquanto 17% acharam regular. Resultados próximos também foram obtidos em relação à qualidade do atendimento prestado na agência do BNB. Para 74% dos entrevistados, o atendimento na agência foi bom, 20% responderam que foi regular e apenas 2% quali-

ficaram o atendimento como ruim. Em ambas as perguntas, 4% dos entrevistados não responderam. Como se pode verificar, os agricultores não apontaram o atendimento bancário como uma dificuldade. Entende-se que isso esteja relacionado ao fato do BNB possuir um grupo de técnicos de campo (Programa Agroamigo) treinados para lidar com os pequenos agricultores, que atuam como facilitadores do processo junto às associações, sindicatos e cooperativas, e vão diretamente à propriedade dos agricultores tirar as dúvidas.

Burocracia bancária - A burocracia bancária, vista como o excesso de documentos exigidos para liberação do crédito, é recorrentemente lembrada como fonte de dificuldade de acesso ao PRONAF (MUNDO NETO; SOUZA FILHO, 2005; JUNQUEIRA; LIMA, 2008). Neste quesito, mais uma vez, os agricultores de Garanhuns não demonstraram ter tido dificuldades. Como mostra o gráfico 03, 63% dos entrevistados entendem como normal os documentos exigidos pelo BNB, enquanto que 37% entendem que os documentos exigidos são muitos.

Gráfico 03 – Documentos exigidos para contratação do PRONAF B



Fonte: Autores.

Verificou-se que a percepção do excesso de documentos exigidos estava associada à experiência anterior de crédito do agricultor. Ou seja, aqueles que já haviam contratado o crédito anteriormente tenderam mais facilmente a aceitar as exigências documentais como normais e aqueles que nunca haviam contratado geralmente indicaram como excessivas as exigências documentais.

Tempo para liberação do recurso - Em relação ao tempo transcorrido para liberação do recurso, 57% dos entrevistados acharam que foi normal, ou seja, estava dentro do prazo indicado pelo banco. Já para 38% dos entrevistados a liberação

do recurso demorou, isto é, o tempo para liberação do recurso extrapolou o prazo determinado pelo Banco, enquanto que para 5% o tempo para liberação foi rápido (menor que o prazo estipulado pelo banco).

A demora na liberação do recurso pode ocasionar impactos negativos para os agricultores familiares. Como são agricultores, em sua maioria, descapitalizados (aproximadamente 73% dos agricultores entrevistados possuem renda de até R\$ 1.000,00 por ano), enquanto o recurso não é liberado, o agricultor não tem condições de produzir. Além disso, a demora na liberação do recurso pode trazer prejuízos para o agricultor, pois muitas vezes ele adianta a preparação do solo ou faz investimentos em infraestrutura para adiantar o serviço, e com a demora na liberação do recurso, esses investimentos vão sendo deteriorados.

Tem também a questão do período de plantio. Como algumas culturas possuem um período melhor para plantio, o agricultor se programa para estar de posse do recurso naquele período e, quando o recurso não é disponibilizado no prazo programado, o resultado da produção fica comprometido. Isso ocorre não só na agricultura, mas também com a pecuária, especialmente na organização da produção de forragem e reserva alimentar que deve ser planejada de acordo com o período de chuvas.

Montante liberado - Outro fator relacionado com o recurso financeiro é o montante desse recurso liberado para o agricultor. Alguns autores (SOUZA ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014; SOUZA, NEY; PONCIANO, 2011) apontam que o valor liberado frequentemente está abaixo das necessidades dos agricultores. Verificou-se, no entanto, que isso não está acontecendo em Garanhuns, ao menos para a maioria dos agricultores pesquisados. Para 84% dos entrevistados, o valor liberado pelo PRONAF foi satisfatório para suas necessidades, enquanto apenas 16% declararam que o valor liberado estava abaixo de suas necessidades. Esse resultado tão discrepante justifica-se pelo fato de que esta pesquisa analisou apenas o PRONAF B, que é uma linha de microcrédito, enquanto que as outras pesquisas, como a dos autores citados, analisaram a liberação do PRONAF para todos os grupos.

As informações preliminares davam conta de que realmente os agricultores fossem responder que o valor liberado era satisfatório, visto que, em

média, os valores liberados (normalmente entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00) estão bem acima da média anual de renda desses agricultores (73% dos respondentes tiveram renda de até R\$ 1.000,00 em 2014).

Em entrevistas preliminares realizadas com alguns atores locais que participam do processo de concessão do PRONAF B no município, bem como com agricultores familiares, foram identificadas algumas possíveis dificuldades principais para acessar o crédito. Algumas delas já foram discutidas acima, no entanto, quatro dificuldades (Quadro 04) foram apontadas como mais relevantes, e por isso foram objeto de uma análise mais aprofundada.

Quadro 04 – Dificuldades apresentadas nas entrevistas preliminares, com sua respectiva explicação

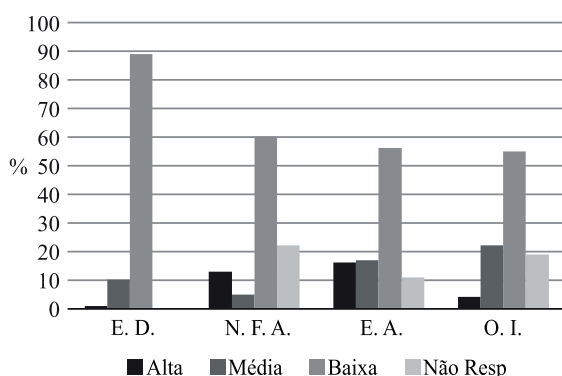
DIFICULDADE	EXPLICAÇÃO
Emissão da DAP	Processo no qual o agricultor deve apresentar uma série de documentos para emitir a declaração.
Obtenção de informações sobre o Programa	Como o agricultor ficou conhecendo o funcionamento do Programa? Por exemplo: quais os documentos necessários, com quem falar, onde ir, etc.
Apresentação de notas fiscais antecipadas	Durante o processo de contratação do financiamento, ou seja, antes da liberação do recurso, o agricultor deve anexar à proposta de crédito as notas fiscais dos materiais e equipamentos incluídos no projeto.
Apresentação antecipada de exames de sanidade dos animais	Durante o processo de contratação do financiamento, o agricultor deve anexar à proposta de crédito os exames dos animais que serão adquiridos, conforme o projeto. Por exemplo: se o agricultor pleiteia adquirir dois bezerros, ele deve apresentar os exames de sanidade exigidos pelo BNB desses dois animais.

Fonte: Autores.

Essas possíveis dificuldades foram exploradas através de quatro perguntas diretas aos agricultores. O gráfico 04 apresenta o entendimento por parte do agricultor, em percentuais, do grau de di-

ficuldade encontrada pelos mesmos diante de cada uma dessas questões, sendo essa dificuldade identificada como alta, média, baixa ou sem resposta.

Gráfico 04 – Nível de dificuldade dos quatro principais itens pesquisados



Fonte: Autores. Legendas:

ED = emissão da DAP;

NFA = nota fiscal antecipada;

EA = exame antecipado;

OI = obtenção de informações.

Ao responder que a dificuldade é baixa, não quer dizer que o agricultor não tenha encontrado nenhuma dificuldade, mas que as dificuldades encontradas por ele são encaradas como normais, ou seja, necessárias. Os resultados representados por essas respostas foram contrários aos relatos de alguns autores (PEREIRA, 2000; AZEVEDO; PESSOA, 2011), bem como, às informações colhidas nas entrevistas preliminares junto aos atores locais. Esperava-se que esses itens fossem apresentar graus de dificuldade variando entre alto e regular. No entanto, a maioria dos entrevistados entendeu que os quatro itens possuem baixa dificuldade.

Dos itens apresentados no gráfico 04, os que geraram maiores índices de alta dificuldade foram a necessidade de entrega antecipada de notas fiscais (NFA) e a necessidade de entrega antecipada de exames dos animais (EA). Essas obrigаторiedades foram relatadas como dificuldade por todos os agentes locais entrevistados no período de pré-pesquisa. Todos relataram que estas obrigаторiedades eram vistas como uma burocracia desnecessária que tornava o processo de concessão do crédito mais demorado e custoso. Porém, analisando os resultados, verifica-se que a necessidade de en-

trega de notas fiscais antecipadas e a necessidade de realização de exames antecipados nos animais são obrigações que possuem uma baixa dificuldade para 60% e 56%, respectivamente, dos agricultores.

Esses resultados podem estar associados a uma aceitação forçada, já que a necessidade do recurso é tão imperiosa que faz com que o agricultor releve as dificuldades. Essa aceitação forçada foi relatada inclusive pelo entrevistado E2. Segundo ele, alguns agricultores questionavam essas exigências e ele respondia que era assim que funcionava, que se eles quisessem o empréstimo, tinham que cumprir. São as exigências de quem empresta.

É relevante chamar a atenção para uma prática sistêmica envolvendo o comércio de notas fiscais. Notas fiscais de venda de produtos ou serviços só devem ser emitidas após a efetivação da compra ou da prestação do serviço, como bem frisado pelo entrevistado E3. Segundo ele, a exigência de entrega de notas antecipadas gera um balcão de comercialização de notas fiscais “frias”, desvirtuando a lógica do sistema tributário, ou seja, primeiro se emite a nota para depois se entregar a mercadoria. Porém, conforme o entrevistado E2, essa prática é vista com reservas inclusive dentro do próprio Banco do Nordeste, e, segundo ele, estuda-se a possibilidade de substituir a exigência de notas pela exigência de orçamentos.

A coluna “não respondeu” refere-se a agricultores que preferiram não responder à questão, ou que não necessitaram apresentar notas fiscais e/ou exames antecipados, ou que já tinham experiência prévia no Programa e não necessitaram obter informações.

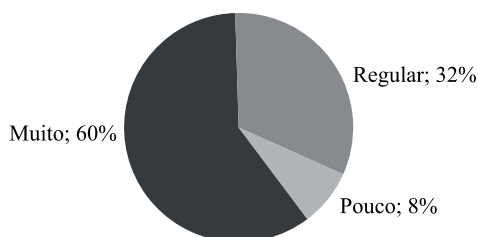
Visão geral do Programa

Apesar de todas as dificuldades relatadas, muitos são os benefícios proporcionados pelo PRO-NAF B em Garanhuns, com destaque para o incremento de renda no município, já que a maioria dos recursos é utilizada para compras no comércio local. Os recursos circulam dentro do município, movimentando o comércio e o setor de prestação de serviços, além do incremento na arrecadação de tributos. Essa movimentação de recursos em âmbito local ajuda na geração de emprego e renda para a população e diminui o êxodo rural.

Quanto à percepção geral do agricultor em relação ao PRONAF, foram feitas três perguntas: a primeira relaciona-se à importância do Programa para sua atividade rural. Neste quesito, 71% dos entrevistados qualificaram o Programa como muito importante e 29% o qualificaram como importante. Essa resposta reflete quanto o Programa é importante para que o agricultor consiga dar continuidade à sua produção.

A segunda pergunta questiona se o agricultor notou ou nota alguma melhoria em sua qualidade de vida após iniciar o acesso ao Programa. O gráfico 05 mostra que para 60% dos entrevistados, o PRONAF B melhorou muito sua qualidade de vida, para 32% a melhora foi regular e 8% entendem que sua qualidade de vida melhorou pouco.

Gráfico 05 – Percepção dos agricultores quanto à melhoria de sua qualidade de vida após começar a acessar o PRONAF B

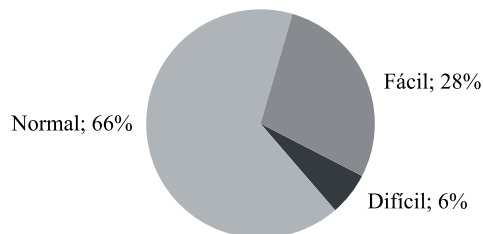


Fonte: Autores.

A terceira pergunta foi sobre o que acham da dificuldade de acesso ao Programa de uma forma geral, ou seja, levando em consideração todo o processo. Nesse quesito 66% responderam que acham o processo normal, 28% acham o processo fácil e apenas 6% acham o processo difícil, como mostra o gráfico 06. Não se pode dizer, porém, que

não existam dificuldades para esses 94% que entendem o processo como normal ou fácil. O que a pesquisa constatou é que para essa maioria, essas dificuldades são baixas, mas existem. Os agricultores analisam essas exigências como dificuldades para o acesso ao crédito, mas entendem que são dificuldades com baixo nível de complexidade. Essa percepção está condizente com a experiência vivida anteriormente por esses agricultores ou seus familiares, ou seja, os erros cometidos em acessos anteriores ao Programa vão sendo aprendidos e repassados adiante, evitando novos erros futuros. Esse processo de aprendizagem traz a impressão de normalidade às dificuldades que surgem no processo de concessão do crédito.

Gráfico 06 – Percepção geral, em percentual, quanto à dificuldade de acesso ao PRONAF B



Fonte: Autores.

Após a exposição e análise pormenorizada das principais dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para acessar o crédito do PRONAF B em Garanhuns, apresentamos no quadro 05 uma visão geral das respostas dos agricultores quanto ao seu entendimento do Programa. Pode-se observar que as respostas foram todas positivas, demonstrando a importância dada pelos agricultores ao Programa.

Quadro 05 – Percepção geral das respostas dos agricultores quanto ao seu entendimento do programa

DIFICULDADE APRESENTADA	PERCEPÇÃO DO AGRICULTOR
Qualidade no atendimento para emissão da DAP	89% qualificaram o atendimento como bom
Falta de divulgação do Programa	91% qualificaram a divulgação como boa
Atendimento na agência bancária	74% qualificaram o atendimento como bom
Atendimento agente do Agroamigo	79% qualificaram o atendimento como bom
Excesso de documentos (burocracia)	63% consideraram as exigências como normais
Tempo para liberação do recurso	57% consideraram o tempo como normal
Montante de recurso liberado	84% consideraram o montante satisfatório
Apresentação de notas fiscais antecipadas	60% entenderam como uma exigência de baixa dificuldade
Apresentação de exames antecipados	56% entenderam como uma exigência de baixa dificuldade
VISÃO GERAL DO PROGRAMA	PERCEPÇÃO DO AGRICULTOR
Importância do Programa	71% acham o programa muito importante
Melhoria na qualidade de vida	60% entendem que melhorou muito
Dificuldade geral de acesso	66% entendem as dificuldades como normais

Fonte: Autores.

Os resultados do quadro 05 demonstram um alto índice de aprovação do Programa por parte de seus beneficiários, justificando o porquê do PRONAF ser um programa de expressiva aceitação no município. Apesar das inúmeras dificuldades apontadas, é unânime, tanto por parte dos atores locais como por parte dos agricultores, a ideia de que o PRONAF ainda tem muito a melhorar, mas que deve ser preservado no longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi identificar as possíveis dificuldades encontradas pelos agricultores familiares de Garanhuns no momento em que estes buscam um financiamento do PRONAF B. Após conversas preliminares com agentes locais e agricultores, e com base na literatura consultada

sobre o assunto, esperava-se que a pesquisa demonstrasse, pelo menos, duas dificuldades principais: cumprimento das exigências burocráticas do agente financiador e precariedade no atendimento ao agricultor por parte dos agentes participantes do processo.

No entanto, não foi isso que aconteceu. Os agricultores pesquisados não destacaram nenhuma situação como de alta dificuldade, muito pelo contrário, as exigências burocráticas, como apresentação de notas fiscais e exames dos animais antecipadamente, foram consideradas, pela maioria dos entrevistados, como de baixa dificuldade. Da mesma forma aconteceu em relação ao atendimento, como no caso da emissão da DAP, na qual 89% dos entrevistados qualificaram o atendimento como bom.

Em relação ao que os agricultores acham do acesso ao Programa de forma geral, ou seja, levando em consideração todo processo, a maioria respondeu que acha que a dificuldade do processo normal, sem grandes dificuldades. Não se pode dizer, porém, que não existam dificuldades para esses agricultores. O que a pesquisa constatou é que essas dificuldades são baixas, mas existem. Os agricultores analisam essas exigências como dificuldades para o acesso ao crédito, mas entendem que são dificuldades com baixo nível de complexidade.

Entende-se que o processo natural de amadurecimento das instituições e agentes que operacionalizam o Programa, bem como, a experiência adquirida pelos agricultores nesses 20 anos de Programa, foi de suma importância para a redução das dificuldades do PRONAF B. Essa redução pode também ser associada às mudanças na legislação do Programa, introduzidas em resposta às críticas que questionavam o excesso de burocracia e a dificuldade de acesso aos recursos por parte dos mais pobres.

Essas constatações fortalecem o entendimento de que o PRONAF B está atingindo seus objetivos de forma mais simples e que seus beneficiários (agricultores) estão aprendendo e se adaptando às exigências do Programa. Essa adaptação por parte do agricultor e a desburocratização por parte do banco ajudam na manutenção do Programa a longo prazo. Porém, deve-se levar em consideração a postura pouco crítica desses agricultores. Por serem beneficiários do Programa e possivelmente temerem sua extinção, esses agricultores tendem a

amenizar as dificuldades que encontram, ou seja, esta postura pode estar associada ao receio de que havendo muitas críticas ao Programa, esse possa ser encerrado.

Importante ressaltar que a maioria das pesquisas consultadas que apontam dificuldades de acesso ao PRONAF foi realizada há mais de 10 anos, quando o PRONAF ainda estava em seu processo inicial de amadurecimento. Muitas modificações relacionadas à tecnologia da informação facilitaram e agilizaram o processo de análise e concessão do crédito. Outro facilitador foi o surgimento de uma nova geração de agricultores, jovens mais escolarizados e acostumados com as exigências burocráticas.

Claro que existem problemas no processo de financiamento, problemas esses que excluem muitos agricultores, no entanto, observou-se na pesquisa que a maioria dos agricultores encontra-se satisfeita com a maneira com que o processo está sendo conduzido. Prova disso é a considerável importância atribuída ao Programa pelos agricultores pesquisados. Os resultados apresentados são importantes porque ratificam a função social do PRONAF, desenvolvido para melhorar a qualidade de vida dos agricultores em seu local de origem.

Em relação ao município de Garanhuns, pode-se concluir que os agricultores familiares encontram-se satisfeitos com o Programa e que este é de suma importância para o contínuo desenvolvimento da agropecuária local. Por ter um impacto considerável na agricultura do município e por sua função social na melhoria da redistribuição de renda e fixação do agricultor no campo, o PRONAF necessita ser permanentemente revisto, avaliado e aperfeiçoado de forma que não perca suas características originais.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, V. C. et. al. Considerações sobre a Assimetria de Informação no PRONAF: um estudo de oito famílias do município de Rio Paranaíba/MG. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.105-113, 2012. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/revista2012/Artigos/12%20Publica.pdf>. Acessado em: 20/03/15.
- ALVARENGA, A. B. C.; CARVALHO, F. M. A. de. Avaliação do Pronaf, grupo “B”, em Minas Gerais. **Revista de Política Agrícola**, São Paulo, ano XV, n. 02, Abr./2006.
- AZEVEDO, F. F.; PESSOA, V. L. S. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, Dezembro/2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982451320110003. Acessado em: 13/01/15.
- BACEN - Banco Central do Brasil - **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2>. Acessado em: 18/05/15.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7ª edição, Petrópolis - RJ: Vozes, 2008.
- BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, 2003. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000307. Acessado em: 02/01/15.
- COPETTI, L. D. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural: o caso do PRONAF-Crédito no município de Alegria - RS**. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/>. Acessado em 21/03/15.
- EUSÉBIO, G. S.; TONETO JÚNIOR, R. Uma análise do acesso ao crédito rural para as unidades produtivas agropecuárias do Estado de São Paulo: um estudo a partir do LUPA. **Revista de Planejamento e Políticas públicas**, Brasília, n. 38, Jan./Jun. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/178/247>. Acessado em: 16/04/15.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 16, n. 31, jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542010000200005&lng=es&nrm=iso. Acessado em: 07/03/15.

GUEDES, A. A. A.; CARVALHO, D. M. de. As mudanças nas fontes de recursos do PRONAF e seu impacto na região Nordeste. In: CONGRESSO DA SOBER, 53, 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos ...** João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br>. Acessado em 03/11/15.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, Jul./Dez. 2008. Disponível em: www://C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/5469-19789-1-PB.pdf. Acessado em: 04/05/15.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª edição, São Paulo: Atlas, 2013.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Emissão de Extrato de DAP - pessoa física**. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratopf/PesquisaMunicipio.aspx>. Acessado em: 17/09/16.

MUNDO NETO, M.; SOUZA FILHO, H. M. de. Nova economia institucional aplicada ao crédito rural. **Revista Nucleus**, Ituverava, v. 3, n. 1, Abr./2005. Disponível em: <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/articl>. Acessado em: 07/04/15.

PEREIRA, L. G. T. C. **Avaliação do PRONAF através do comportamento dos atores municipais: estudo de caso em Espírito Santo do Pinhal - SP**. 126 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2000. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/PereiraLuc%203%ADliaGon%C3%A7alvesTravagliniCarvalho>. Acessado em 31/05/15.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SOUZA, P. M. de; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, Set/2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artte=en&nrm=iso. Acessado em: 16/04/15.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artten&nrm=iso. Acessado em: 03/04/15.

APÊNDICES

APÊNDICE 01: ROTEIRO DE ENTREVISTA - AGENTES LOCAIS

Nome: _____.

Instituição: _____ Data ____/____.

- 1) A instituição que você atua é a única que emite a DAP no município? Caso não seja a única, quais outras instituições emitem a DAP?
- 2) Quais os documentos exigidos para emissão da DAP?
- 3) Quais as maiores dificuldades (podem ser marcadas mais de uma opção) encontradas pelos agricultores para emitir a DAP? Nesse caso, os agricultores possuem o interesse de contratar o financiamento do PRONAF, mas encontram dificuldades para emitir a DAP.
 - 1) Falta de documentação pessoal;
 - 2) Falta de documentação da terra;
 - 3) Dificuldade para comprovar os 50% da renda obrigatória auferida diretamente da propriedade;
 - 4) Contrata mais de dois funcionários fixos;
 - 5) Exigência de participação em fundo de aval;
 - 6) Restrições bancárias;
- 7) Dificuldade para realizar os exames necessários aos animais;
- 8) Outras _____.
- 4) Todos os agricultores que conseguem a DAP têm seu pedido de financiamento do PRONAF automaticamente aprovado no banco, ou necessitam apresentar novamente as comprovações exigidas para emissão da DAP?
- 5) Quando o agricultor não consegue aprovar o crédito no banco, quais as causas mais comuns para essa negação?
- 6) É necessária a elaboração de projeto para dar entrada no pedido de financiamento? Essa necessidade se apresenta para todos os grupos do PRONAF?
- 7) Quais os motivos de alguns agricultores não se interessarem por acessar o PRONAF? Refere-se a agricultores que não possuem interesse em contratar o PRONAF.
 - 1) Medo do endividamento;
 - 2) Não necessitam do recurso;
 - 3) Estão com restrições bancárias;
 - 4) Desconhecem o PRONAF;
 - 5) Não possuem recursos para os deslocamentos necessários;
 - 6) Outros _____.
- 8) Existe algum grupo do PRONAF que não consegue acessar o crédito, ou possui maior dificuldade para fazê-lo? Por qual motivo?
- 9) Como os agricultores que não acessam o PRONAF conseguem financiar sua produção?
 - 1) com recursos próprios auferidos da propriedade;
 - 2) com recursos advindos de benefícios, como previdência e bolsa família;
 - 3) com recursos auferidos de trabalho assalariado;
 - 4) com recursos assalariados de outros membros da família;
 - 5) com recursos de empréstimos consignados ou outros empréstimos pessoais;
 - 6) outros _____.
- 10) Quantos agricultores possuem DAP ativa emitida por esta instituição?
- 11) Qual o total de agricultores que possuem DAP ativa, emitida por todos os órgãos deste município? Caso não possua a informação, sabe onde posso encontrar essa informação com precisão?
- 12) Qual o percentual aproximado de agricultores no município que não possuem DAP?
- 13) Quando o agricultor emite a DAP, a instituição registra qual a modalidade de crédito a ser contratada e qual a aplicação? Caso registre, qual o percentual médio de participação de cada modalidade e aplicação no total de contratos de 2014?

Modalidade: Crédito _____% Investimento _____%

Aplicação: Agrícola _____% Pecuária _____%
- 14) Após a emissão da DAP, quais são os próximos passos para o agricultor poder solicitar o crédito no banco?
- 15) O que poderia ser modificado na sistemática de concessão do PRONAF para que o Programa possa atingir um número maior de beneficiários? Sugestões para aperfeiçoar o PRONAF.

APÊNDICE 02: QUESTIONÁRIO - AGRICULTORES

Controle: _____ Data: ____/____/____

Nome:			Idade:			
Escolaridade:	<input type="checkbox"/> Nunca estudou	<input type="checkbox"/> Fundamental	<input type="checkbox"/> Médio			
Participa de alguma dessas entidades?	<input type="checkbox"/> Associação	<input type="checkbox"/> Cooperativa	<input type="checkbox"/> Sindicato			
Renda anual	<input type="checkbox"/> Até 1.000,00	<input type="checkbox"/> Até 1.500,00	<input type="checkbox"/> Até 2.000,00	<input type="checkbox"/> Mais de 2.000,00		
Área propriedade	Qual sua principal produção?					
A maior parte do que produz é para:			Recebeu alguma assistência técnica do IPA?			
<input type="checkbox"/> Venda <input type="checkbox"/> Consumo da família			<input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> a + de 2 anos <input type="checkbox"/> a - de 2 anos			
Quantas vezes você precisou ir até a cidade por causa dessas atividades?			<input type="checkbox"/> Pegar informações sobre o Pronaf		<input type="checkbox"/> Emitir a DAP	
<input type="checkbox"/> Entregar documentação	<input type="checkbox"/> Assinar contrato	<input type="checkbox"/> Entregar notas e exames		<input type="checkbox"/> Pagar boletos		
Meio de transporte?	Tempo de deslocamento?	Custo de transporte?				
PERGUNTA				Bom	Regular	Ruim
O que você acha sobre a divulgação do Programa?						
Onde emitiu a DAP?		O que achou do atendimento?				
O que você achou do atendimento do agente do Agroamigo?						
O que você acha do atendimento na agência do BNB?						
O que você acha de ter que ir até a cidade para assinar o contrato?						
O que você acha da quantidade de documentos exigidos pelo Banco do Nordeste?			<input type="checkbox"/> Muitos documentos	<input type="checkbox"/> Normal	<input type="checkbox"/> Poucos documentos	
O que você achou do tempo para a liberação do dinheiro?			<input type="checkbox"/> Demorou	<input type="checkbox"/> Normal	<input type="checkbox"/> Rápido	
O valor liberado foi:		<input type="checkbox"/> Abaixo das minhas necessidades		<input type="checkbox"/> Satisfatório		
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE				GRAU DE DIFICULDADE		
				ALTO	MÉDIO	BAIXO
EMITIR A DAP						
CONSEGUIR NOTAS FISCAIS ANTECIPADAS						
PAGAR OS EXAMES ANTES DE RECEBER O DINHEIRO						
CONSEGUIR INFORMAÇÕES DO PROGRAMA						

Cite outras dificuldades encontradas para acessar o crédito do PRONAFB _____

Fez o financiamento por qual banco?		Recebeu visita do técnico do banco?			
Você acha o Pronaf:		<input type="checkbox"/> Muito importante	<input type="checkbox"/> Importante	<input type="checkbox"/> Pouco importante	
Quanto o Pronaf B melhorou sua vida?		<input type="checkbox"/> Muito	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Pouco	
Você considera o Pronaf B?		<input type="checkbox"/> Difícil de acessar	<input type="checkbox"/> Normal	<input type="checkbox"/> Fácil de acessar	

Quais as suas sugestões para melhorar o Pronaf B? _____